Presidente, eu gostaria de pedir uma questão de ordem na sequência de extrema importância. Eu gostaria de ler em plenário se V. Exa. me conceder a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Uma questão de ordem, deputado.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, com fundamento no Art. 260 do Regimento Interno, formulamos a presente questão de ordem. A fim de ser dirimida dúvida quanto a correta aplicação dos preceitos contidos no Art. 10º, §1º da Constituição Estadual, bem como no Art. 49 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, pelos motivos que passo a expor.

"No dia 23 de fevereiro, Sr. Presidente, foi realizada a reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, convocada para as 14 horas em ambiente virtual, nos termos do Ato da Mesa nº 2/22, com finalidade de ser apreciada pauta com projetos de lei e requerimentos diversos.

Ocorre que durante os trabalhos da comissão e antes do início da deliberação dos requerimentos, a partir do Item 6 da pauta restaram conectados somente cinco membros da comissão, faltando um membro para que se atingisse a maioria absoluta dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, número necessário para o início ou a continuidade dos trabalhos da comissão.

Desta forma, como é possível verificar da transmissão da reunião através do endereço eletrônico, o próprio presidente da comissão constatou ausência de quórum regimental e ao invés de declarar encerrada a reunião, optou por dar prosseguimento à deliberação dos itens remanescentes da pauta, justificando que nenhum parlamentar presente questionou a ausência de quórum, o que consideramos um completo equívoco.

Assim, mesmo sem quórum suficiente para deliberação, foram aprovados por votação simbólica, mas sem número regimental de deputados presentes, os requerimentos constantes nos Itens 6, 10 e 11 da pauta, assim como foi concedida vista de outros itens. E também foram dados por lidos os Itens 12 e 16, consistentes em documentos para ciência da comissão.

Veja, Sr. Presidente, nosso entendimento é no sentido de que os trabalhos desta Casa de Leis devem ser conduzidos com estrita observância das normas regimentais e constitucionais aplicáveis. O Art. 49 do Regimento Interno dispõe que os trabalhos das comissões serão iniciados com a presença da maioria dos seus membros, o que nos faz inferir que não apenas o início, mas também a continuidade dos trabalhos requer a presença do número regimental de parlamentares exigido.

Por sua vez, o parágrafo primeiro do Art. 10º da Carta Paulista prevê que salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e das suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Assim, por meio da presente Questão de Ordem, Sr. Presidente, buscamos obter de V. Exa. o seguinte esclarecimento no que se refere aos atos e deliberações praticados durante a reunião da Comissão de Meio Ambiente do dia 23 de fevereiro de 2022, a partir do momento em que foi constatada a ausência do quórum regimental.

Um, presidente, são válidos os atos e as deliberações praticados na supramencionada reunião da Comissão de Meio Ambiente? Dois, em caso de serem validados, rogamos a V. Exa. que declare nulas as deliberações praticadas na supramencionada reunião de Meio Ambiente, a partir do momento em que se constatou falta de quórum no que tange os itens nº 6 e 16 da pauta, referidos na reunião do dia 23 de fevereiro de 2022. Sala das Sessões, deputado Vinícius Camarinha, líder do Governo, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Este presidente recebe o Requerimento de Informação, a Questão de Ordem de V. Exa., desculpa, e no momento oportuno iremos responder.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para uma comunicação.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu estive analisando a fala da deputada Erica Malunguinho com relação à lamentável morte do Paulo Vaz, de acordo com a deputada, homem transexual, e é lamentável que infelizmente a deputada tenha politizado esse caso. Infelizmente, ao que tudo indica, nas suspeitas que aconteceram, ele está tendo investigada a morte com relação a morte por suicídio.

Lamentamos que a deputada Erica Malunguinho, que já é uma praxe do PSOL, infelizmente, politizar mortes, principalmente por causas identitárias, fez isso com a vereadora Marielle Franco, e agora o faz com esse rapaz, homem trans, de acordo com a deputada, que faleceu.

Mas algo que precisa ser levantado e trazido a destaque, já que a deputada politizou este caso, é: como nós podemos fazer, Sr. Presidente, que essa pauta que infelizmente está muito presente também nas nossas escolas, que são pautas defendidas pela extrema esquerda como pautas de gênero, se façam presentes na sala de aula a crianças, quando até mesmo pelo que foi levantado através da deputada, um adulto não soube psicologicamente lidar com esse tipo de tema.

Se um adulto mentalmente capaz não consegue ter saúde emocional suficiente para lidar com esse tipo de tema, que é causas identitárias e etc., por que nós queremos trazer este debate às nossas crianças, às escolas?

É extremamente sensível, delicado, nós não podemos permitir isso, e mais uma vez, esse caso triste trazido para o nosso Brasil só serve, única e exclusivamente, para comprovar aquilo que os conservadores têm defendido: o afastamento total da ideologia de gênero de dentro das salas de aula.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado, deputado.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Pela ordem, presidente. Para uma breve comunicação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para comunicação, tem Vossa Excelência.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - É só para um registro que eu considero muito significativo. Acabamos de votar e aprovar um projeto de lei, que agora é lei em São Paulo, para promover, de forma muito extraordinária, a dignidade de meninas e de mulheres neste Estado. Então, cumprimentar a todos os colegas que votaram favoravelmente.

Eu tive a honra, presidente, de ser relatora desse projeto. Levarei comigo, em minha biografia aqui na Assembleia, a honra de tê-lo relatado, e, é claro, agora acompanharmos os resultados que certamente advirão deste projeto, que, repito, é para promover dignidade de meninas e mulheres.

Referimo-nos aqui ao projeto de dignidade íntima e que certamente meninas e mulheres não terão mais os obstáculos enfrentados nas relações de trabalho, ou para ir à escola, por falta de um absorvente íntimo.

Mais uma vez parabenizo ao governador, que encaminhou o projeto, a Assembleia, que votou, e agora o estado de São Paulo terá a oportunidade de vivenciar uma lei que promove a dignidade das nossas mulheres.

Muito obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Parabéns, deputada Dra. Damaris.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a primeira extraordinária, lembrando a todos que daqui a 10 minutos começaremos a segunda extraordinária.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.

* * *

15 DE MARÇO DE 2022
2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: WELLINGTON MOURA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - WELLINGTON MOURA

Coloca em votação e declara aprovado o PL 755/20, salvo emendas e subemenda. Coloca em votação e declara aprovada a subemenda, apresentada pelo Congresso de Comissões, à emenda 1.

2 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Tece considerações sobre a importância da adoção. Coloca em votação e declara aprovado o PL 838/21.

4 - SERGIO VICTOR

Para comunicação, faz pronunciamento.

5 - RICARDO MELLÃO

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - ADRIANA BORGO

Para comunicação, faz pronunciamento.

7 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Comenta trâmite do processo contra o deputado Arthur do Val, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Votação adiada do Projeto de lei nº 755, de 2020, de autoria da deputada Janaina Paschoal. Em votação o projeto, salvo emenda e subemenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a subemenda apresentada pelo congresso de comissões à Emenda nº 1. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada e prejudicada a Emenda nº 1.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - PARA COMUNICAÇÃO - Para agradecer a V. Exa. e a todos os colegas pelo apoio ao projeto. É um projeto muito importante, porque nós vamos possibilitar dar visibilidade para as crianças que estão em abrigos.

Serão crianças que poderão ser colocadas de imediato em famílias já, vamos dizer assim, preparadas, famílias já homologadas para adotar, que já passaram por psicólogos, assistentes sociais.

Então, é um projeto muito importante para as crianças no estado de São Paulo. Agradeço a todos os colegas e peço a Deus que ilumine o governador para que ele não misture, vamos dizer assim, questões políticas com uma pauta tão importante, que, a partir deste momento e de eventual sanção, passa a ser de todos nós.

Obrigada, Sr. Presidente e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Parabéns, deputada Janaina Paschoal pelo excelente projeto. Esperamos, de fato, que o Governo do Estado - o governador, no caso - não venha a vetar um projeto tão importante que vai unir tantas famílias neste estado de São Paulo fazendo com que essa fila de adoção, de fato, de verdade, funcione e possa acolher, então, essas crianças.

Item 2. Votação do Projeto de lei nº 838, de 2021, de autoria dos deputados Sergio Victor e Ricardo Mellão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO - Só queria agradecer à Casa novamente. O Código de Defesa do Empreendedor vem com a missão de tentar desburocratizar o Estado ainda mais para garantir que os pequenos empreendedores tenham mais facilidade para abrir o negócio, menos interferência do Estado e que a gente possa criar ainda mais oportunidades, gerar mais emprego, gerar mais riqueza.

Então, hoje é um marco importante para mim e para o Ricardo, mas também para todos os pequenos empreendedores do estado de São Paulo.

Obrigado a todos.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO - Queria aproveitar também para agradecer a todos os deputados que votaram neste projeto. Foi um projeto que já havia sido discutido em 2019, infelizmente acabou sendo vetado pelo governador e agora a gente traz de novo essa esperança, essa regra que vai ajudar muitos e muitos que querem empreender no estado de São Paulo. E que, infelizmente, são vítimas de arbitrariedade, de abusos, por parte de pessoas mal-intencionadas, infelizmente no poder público, muitas vezes.

Então é uma regra que vai garantir e vai fomentar para que novos empreendedores surjam, possam gerar as suas rendas, possam ter mais acesso a recursos, para ter uma vida melhor para eles e para a família deles. Então é um marco extremamente importante.

Esperamos, sinceramente, que seja sancionado, em nome de todo o povo paulista, e daqueles que sonham em ter o seu próprio negócio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – WELLINGTON MOURA – REPUBLICANOS - Parabéns, deputado Ricardo Mellão e deputado Sergio Victor.

Pela ordem, deputada Adriana Borgo.

A SRA. ADRIANA BORGO - PTC - PARA COMUNICAÇÃO - Quero parabenizar os meus colegas do Novo, Ricardo e Sergio. E dizer a vocês que esse projeto é muito importante.

Parabéns por mais uma conquista, não só da sua bancada, mas de vocês. E também a deputada Janaina Paschoal por esse projeto tão importante. Eu, como filha adotiva, e mãe de sete filhos adotivos, fico muito feliz.

Que o nosso governador tenha sensibilidade de olhar para as nossas crianças, para que acelere essas filas de adoção. E que nós consigamos, através do projeto da deputada Janaina Paschoal, trazer amor e agilidade para tantas famílias e para tantas crianças que estão esperando um lar.

Muito obrigada.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para parabenizar a deputada Janaina Paschoal pela aprovação do seu projeto. E também incluir mais uma informação, que eu acho extremamente importante.

A proibição do passaporte sanitário foi aprovada na Câmara Municipal de Praia Grande, no primeiro turno. Nós temos ainda o segundo turno, para fazer com que esse projeto de lei vire lei definitiva.

Então nós ainda estamos em conversas com os vereadores da Câmara Municipal. Foram 11 votos favoráveis contra 9 votos contrários. Ou seja, passou bem apertado. Mas, graças a Deus, nós conseguimos aprovar. Esse mutirão pela liberdade será inspirado no que aconteceu nesse primeiro turno da votação do passaporte sanitário na cidade de Praia Grande.

Levaremos a outras câmaras municipais do estado de São Paulo, aos 645 municípios do estado de São Paulo, onde há uma câmara municipal, nós oficiaremos a todos os vereadores, como nós fizemos na Câmara Municipal de Praia Grande. Se Deus quiser, a gente vai proibir o passaporte sanitário.

Bem como, estou notificando extrajudicialmente os diversos reitores das universidades do estado de São Paulo, que estão exigindo essa aberração para que os estudantes possam voltar às aulas.

Isso é uma infração muito grave aos direitos humanos: retirar o acesso à Educação em decorrência dessa coisa nazista, fascista, absurda, ditatorial, autoritária, nojenta, que é o passaporte sanitário.

Então eu estou notificando extrajudicialmente as universidades do estado de São Paulo, que estão exigindo isto para que os nossos estudantes possam ter acesso à Educação.

É um direito fundamental o acesso à Educação, resguardado pela nossa Constituição e pelas nossas leis. Vamos lutar contra o passaporte sanitário em todos os níveis possíveis: federal, estadual e municipal. Começando por todas as câmaras municipais, todas as instituições do Estado, e quiçá também no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não havendo mais nada a tratar...

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para dar parabéns à deputada Janaina Paschoal pela aprovação do projeto. Ao deputado Sergio Victor também. Projetos extremamente importantes, estavam com votação adiada, e hoje nós conseguimos aprovar, presidente.

Presidente, no PL também, agradeço a liderança do Ricardo Madalena, a todos os pares que foram para o PL, a maior bancada hoje, neste Parlamento. Espero fazer um bom trabalho, ajudar a nossa bancada a aprovar bons projetos.

Presidente, só para não deixar esquecer, o processo do pedido de cassação do deputado Arthur do Val, que está no Conselho de Ética. Nós não podemos adiar, protelar essa demanda, que é uma demanda do povo de São Paulo, do povo brasileiro, e das mulheres ucranianas, que esperam uma resposta deste Parlamento.

Verifiquei a lista de presença. Não compareceu à Assembleia. Não assinou, mais uma vez, o livro-ponto. Não veio aqui, pelo menos, dar um parecer, um esclarecimento a este Parlamento, colocar os seus motivos.

Então, deixar registrado, consignado, que eu fiz um pedido de cassação do deputado Arthur do Val. Quem me procurou, eu assinei também os outros pedidos. Nós não podemos deixar no esquecimento.

Tão grave quanto aqueles áudios miseráveis, que ele mandou para os seus amigos, para os seus coleguinhas, está aí a questão do incidente diplomático. Ele tentou provocar a fabricação de coquetel molotov. O coquetel molotov é uma bomba incendiária, presidente. O que ele gostaria de fazer com bombas incendiárias naquele país em guerra?

Então, nós precisamos avaliar. Eu convido os deputados a assinarem a CPI do MBL, que eu protocolizei. Tenho 25 assinaturas, preciso de mais sete assinaturas para protocolizar essa CPI aqui, porque nós precisamos, como o deputado Arthur do Val diz, questionar tudo, inclusive o financiamento desse deputado, financiamento desse movimento.

Agradeço, presidente. Um bom trabalho a todos nós aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Este presidente, como deputado, e o presidente desta Casa, deputado Carlão Pignatari, estamos dando celeridade a esse processo do Arthur do Val no Conselho de Ética. Já foram juntados todos os processos; sexta-feira agora, vai ser a admissibilidade deles, para que o deputado possa, em cinco sessões ordinárias, se defender, e então ser votado o processo, seja de censura, de advertência, de suspensão ou até mesmo da cassação do deputado Arthur do Val.

Então, este presidente continuará dando celeridade a todo o processo, junto com a deputada Maria Lúcia Amary, que é a presidente do Conselho de Ética.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos. Boa noite a todos.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e um minuto.

* * *

16 DE MARÇO DE 2022
3ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, ADALBERTO FREITAS, DOUGLAS GARCIA e JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - PAULO LULA FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - ADALBERTO FREITAS

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

6 - ADALBERTO FREITAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - DOUGLAS GARCIA

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Solicita ao Presidente desta Casa o encaminhamento do PLC 2/21 para votação.

11 - EDNA MACEDO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

16 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

17 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

18 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - DOUGLAS GARCIA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior, e recebe o expediente na data de hoje, dia 16.03.2022.

Começamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos. O primeiro orador é o deputado Professor Walter Vicioni. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quem nos acompanha pela Rede Alesp, assessoria aqui das bancadas, quero tratar de dois temas. O primeiro diz respeito aí à questão das relações internacionais, a comissão. Nós aprovamos, Sr. Presidente, na última reunião, o convite ao consulado da Ucrânia.

Nós queremos trazer aqui o representante consular, deve ser o cônsul honorário, até porque a Ucrânia não tem mais um escritório aqui em São Paulo, para que a gente possa dialogar com o cônsul honorário, no intuito de reparar o irreparável, produzido pelo deputado Arthur do Val, mas é preciso dizer que esta Assembleia não compactua com o que foi dito, com as atitudes do deputado e, mais do que isso, se solidariza com as mulheres ucranianas e com as mulheres do mundo.

Nós vamos propor uma reunião da Comissão de Relações Internacionais, mas vamos fazer uma reunião aberta a todos os deputados e deputadas, até para que possa ser um ato de desagravo às mulheres da Ucrânia e às mulheres do mundo.

Então, eu já deixo aqui registrado: assim que confirmarmos a data, vamos informar a todos os deputados e deputadas que tenham interesse em participar dessa atividade.

A segunda questão, Sr. Presidente: hoje, a Assembleia sepultou a CPI dos Benefícios Fiscais, literalmente. Literalmente! Nós conseguimos a instalação de uma CPI para discutir os benefícios fiscais. Depois de seis meses, ela teve as suas indicações feitas e, depois de 114 dias, tivemos a primeira reunião para poder prorrogar por 60 dias, eleger presidente e vice-presidente.

De lá para cá, de dezembro até março, a Comissão não conseguiu quórum regimental para aprovar requerimentos, para pedir documentos e para ouvir os responsáveis pelos benefícios fiscais no Estado. O que significa isso? Que o Governo do Estado de São Paulo, o governador Doria, não tem interesse na transparência dos dados dos benefícios fiscais, o que é inadmissível.

Esse é um governo opaco. Ele não pode e não deve continuar assim, até porque há leis que possibilitam as informações a que esta Assembleia tem o direito. Impedir a CPI foi só mais uma tentativa de postergar as informações necessárias.

Os deputados da base governista não compareceram, aliás, com argumentos estapafúrdios. Um deles: "A reunião é secreta, o link não entra na sala". Depois ainda tivemos que ouvir gente falando que a CPI era para desgastar o governo.

Eu queria dizer a esses deputados governistas que CPI é para apurar se há ou não irregularidade. Nesse caso, está claro que há, porque temos um benefício de 64 bilhões, dinheiro público, e nós não temos a transparência necessária. Dinheiro seu, dinheiro meu, dinheiro do contribuinte. O governador não pode impedir que a Assembleia tenha as informações de dinheiro público.

Aí usa o argumento de que há sigilo fiscal. Ninguém quer saber das contas das empresas. Queremos saber dos 64 bilhões. Quem é que está recebendo? Como está gastando? Tem ou não tem retorno para o estado de São Paulo?

Aliás, isso é norma basilar, deveria estar sendo cumprida. Infelizmente, o que a gente assiste, Sr. Presidente, é uma vergonha. Uma vergonha dos deputados governistas, que se submeteram à lógica do governador de não darem quórum.

Uma vergonha, porque o Governo do Estado poderia, no mínimo, seguir o exemplo do Pará. O Pará, um estado que tem investido na transparência. Lá, empresa que recebe benefício passa por uma discussão de um comitê que decide se vai ter ou não vai ter o benefício.

A empresa apresenta um plano: qual é o retorno para o Estado? O Estado acompanha a execução desse plano. Mais do que isso, no Pará as empresas beneficiadas colocam placas na frente da sua empresa.

Aqui não tem placa, não tem informação. Tem sonegação. Governo que sonega informação não é transparente. Governo opaco! Mais ainda, ontem eu dei esse exemplo: no Pará, os produtos que têm benefícios precisam ter um selo. Aqui, o único selo que tem é de um governo opaco, não transparente e que compactua com a falta de informação.

Sabe o que significa isso, Sr. Presidente? Menos dinheiro para a Educação, para as universidades, para a Fapesp, menos dinheiro para a Saúde, para o desenvolvimento social. Esse é o governo do PSDB. Ofusca, oculta informação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Parabéns pelo seu trabalho.

Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.)

Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.)

Solicito ao deputado Adalberto Freitas que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Adalberto Freitas.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ADALBERTO FREITAS - UNIÃO - Boa tarde a todos. Então agora o próximo orador inscrito é o nosso deputado Coronel Telhada, que tem o tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar todos aqui que estão no plenário, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, todos assessores e funcionários, os nossos policiais militares aqui hoje sempre prontos para o serviço; saudar todos que nos assistem pela Rede Alesp.

Eu quero iniciar a minha fala hoje saudando um município aniversariante. Hoje, nós aqui, no dia 16 de março, temos dois municípios aniversariantes: o município de São Sebastião, lá no litoral de São Paulo, e também o município de Guareí. Um abraço a todos amigos e amigas desses dois queridos municípios. Hoje, também, dia 16 de março, é o Dia do Agente Penitenciário Federal.

Quero aqui em nome dos agentes penitenciários federais mandar um abraço a todos agentes penitenciários, aos nossos amigos da Polícia Penal. Aqui em São Paulo, aos amigos da Secretaria de Administração Penitenciária, que prestam um serviço terrível: cuidar de preso.